

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO N.º 02/2012**

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, *caput*, da Resolução Administrativa n.º 04, de 25 de março de 2009, deste Tribunal,

**CONVOCA** os candidatos inscritos no Processo Seletivo de Remoção n.º 02/2012 e relacionados no Edital de Homologação da Ordem Definitiva de Precedência (Anexos I e II), para comparecerem à sede deste Tribunal no dia 25 de janeiro de 2013, às 09 (nove) horas, os Analistas Judiciários, e às 10 (dez) horas, os Técnicos Judiciários, com a finalidade de, em sessão pública, procederem à escolha, mediante assinatura de termo de opção, de caráter irrevogável, de vaga existente na Secretaria do Tribunal ou na Zona Eleitoral, dentre as disponíveis, para a qual será removido, a pedido, observadas as seguintes disposições:

1. Será admitida a escolha de vaga existente por representante legal do candidato, mediante a apresentação de procuração, pública ou particular, sem necessidade de reconhecimento de firma, acompanhada de cópias legíveis dos documentos de identidade de ambos, as quais serão retidas.

2. Feita a opção pelo candidato:

2.1. a vaga escolhida ficará indisponível para os demais candidatos que lhe sucederem.

2.2. a unidade em que se encontrava lotado passará a integrar, imediatamente, o rol das disponíveis para remoção.

3. É vedado ao servidor, após realizada a escolha formal da vaga existente a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 04/2009, desistir de sua opção, salvo por motivo excepcional e superveniente, devidamente comprovado, a critério deste Tribunal, na forma prescrita nos art. 18 e 22 da aludida Resolução.

4. Será excluído do Certame o candidato que, chamado a optar na audiência, não estiver presente, não se manifestar ou expressar desistência em optar.

5. O dia 25 de janeiro de 2013 será considerado como efetivo exercício para o candidato que comparecer à sessão pública, mediante sua assinatura em lista de presença.

6. O servidor removido para ter exercício em outro município terá, a critério do Presidente do Tribunal, o prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de remoção, para retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para deslocamento, salvo se dele declinar.

7. Correrão às expensas do servidor quaisquer despesas decorrentes do seu deslocamento para a participação na sessão pública de que trata este Edital, bem como para a nova sede.

Salvador, em 11 de janeiro de 2013.

**Des<sup>a</sup>. SARA SILVA DE BRITO**  
**Presidente**